



Meta fiscal e vetos presidenciais dominam pauta do Congresso

Jonas Pereira/Agência Senado — 1/12/2015



Senadores e deputados participam de sessão conjunta em dezembro conduzida por Renan Calheiros, que presidirá nova reunião do Congresso marcada para amanhã

Na sessão de amanhã será preciso analisar 24 vetos antes de votar a nova previsão de saldo negativo nas contas do governo

A semana começa sob a expectativa da votação da mudança na meta fiscal de 2016, que precisa ser redefinida ainda em maio para não paralisar ações ministeriais. O governo Dilma queria alterar a previsão inicial para um déficit de R\$ 96,7 bilhões. Mas a equipe econômica do presidente interino, Michel Temer, refez as contas e estimou um saldo negativo bem maior: R\$ 170,5 bilhões. **3**

Genildo Magela/Agência Senado — 6/5/2016



Lira e Anastasia analisam os próximos passos do processo contra Dilma

Comissão define nova fase do processo de impeachment

O relator da Comissão Especial do Impeachment, Antonio Anastasia, deve apresentar amanhã o plano de trabalho da segunda etapa do processo de impedimento de Dilma Rousseff. A proposta será votada pelo colegiado, que também decidirá por voto se as investigações vão durar menos de 180 dias, disse o presidente da comissão, Raimundo Lira. **4**



Auditoria permite controle dos gastos com telefonia fixa

Em 2015, o Senado reduziu em R\$ 866 mil os gastos com telefonia fixa em relação ao valor inicialmente cobrado pela companhia,

graças à auditoria nas contas realizada pela Casa. A renegociação de contrato e novas licitações também permitem economizar. **2**



Jefferson Rudy/Agência Senado — 07/08/2015

Restrição de ramais também reduziu o uso de telefone fixo no Senado

Seminário destaca papel de feiras agropecuárias

As feiras agropecuárias ajudam o desenvolvimento do campo, a divulgação de pesquisas, a realização de negócios, os debates sobre o setor,

o acesso a crédito e a transferência tecnológica, segundo participantes de seminário realizado sexta-feira na Comissão de Agricultura. **2**

Jefferson Rudy/Agência Senado



Marilene Ribeiro, Bruno Lucchi, Acir Gurgacz, Daniel Pereira, Gustavo Reis Melo e Pedro Silveira na Comissão de Agricultura

Audiência pública debate acidentes com motoboys e mototaxistas **3**

Senado e Câmara voltam a abrir as portas para os visitantes **2**

Coordenação de Telecomunicações renegocia contratos e apura ligações realizadas para comparar às cobradas pela companhia telefônica. Diferença de valores no ano passado foi de R\$ 866 mil

Auditoria ajuda Senado a reduzir gastos com telefone



AUDITORIA REALIZADA PELO Senado nas contas de telefonia fixa tem garantido a redução do valor pago pelo serviço. Em 2015, a Casa conseguiu uma redução de R\$ 866 mil em relação ao valor inicialmente cobrado pela companhia telefônica. Neste ano, cálculo inicial indica que a redução até março foi em torno de R\$ 20 mil.

A auditoria, prevista nos contratos com a empresa, é realizada mensalmente pela Coordenação de Telecomunicações do Senado, segundo Eduardo Marinho da Silva, chefe substituto do Serviço de Tarifação.

— No final, nós comparamos o que a empresa cobrou com o que o sistema auditou com base nas regras do contrato. O sistema de auditoria apenas aplica a tarifa contratual. E aí dá uma diferença — explicou. Em um segundo momento, é verificado se o valor apurado pela auditoria é coerente com os dados do tarifador, sistema que aplica as regras de tarifação a todas as chamadas telefônicas registradas no PABX do Senado. Os valores apurados têm sido

coerentes, segundo Marinho. — Aí a gente apresenta a contestação à empresa. Basicamente é um erro de tarifa que a empresa aplica.

Após conferir os questionamentos do Senado, a empresa geralmente concorda com o valor apurado pela auditoria, o que garante que o Senado pague o valor correto.

Renegociação

Já a renegociação de contrato e novas licitações permitem economizar, ressaltou Marinho. É o caso da prorrogação, neste ano, de um contrato de 2013 após a empresa reduzir 39%, de R\$ 0,41 para R\$ 0,25, o valor do minuto das ligações de telefone fixo para móvel. O novo valor passou a vigorar em 6 de março deste ano após negociação capitaneada pela Diretoria-Geral-Adjunta de

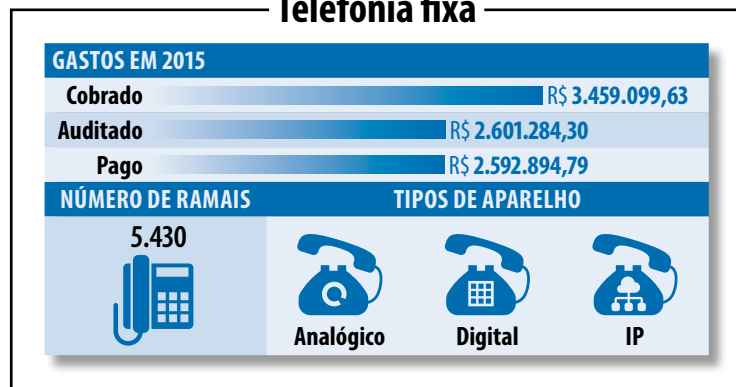
Contratações.

Em 2014, o Senado gastou cerca de R\$ 1,5 milhão em algumas modalidades de telefonia fixa. Em 2015, foi gasto aproximadamente R\$ 1,2 milhão, redução de 18%. Se for mantida a tendência atual, é esperado que em 2016 o gasto não seja superior a R\$ 1 milhão.

Em agosto de 2015, entrou em vigor novo contrato com a companhia que venceu a licitação para esses tipos de ligação. O valor anual foi licitado em R\$ 2,4 milhões, equivalente à redução de R\$ 2,8 milhões, ou seja, menos 54% em relação aos contratos anteriores.

Houve ainda a economia feita observando-se os mecanismos já existentes na Casa. É o caso da restrição dos ramais das categorias mais altas e da maior fiscalização nos relatórios das contas telefônicas.

Telefonia fixa



Debate aponta importância de feiras agropecuárias

Participantes do 4º seminário do ciclo de palestras da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), realizado na sexta-feira, garantiram que as feiras agropecuárias têm grande importância para o desenvolvimento do campo.

O vice-presidente da CRA, Acir Gurgacz (PDT-RO), disse que essas feiras servem para divulgar pesquisas, facilitar o acesso a crédito e a transferência tecnológica. Também alavancam acordos, negócios e o debate de temas cruciais como regularização fundiária.

Uma das mais jovens dessas feiras, citou o senador, é a Rondônia Rural Show, em sua quinta edição. O vice-governador de Rondônia, Daniel Pereira, acrescentou que a feira espera um montante de negócios de R\$ 700 milhões este ano.

O representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Bruno Lucchi, falou sobre feiras importantes do país, como a Expoiner, no Rio Grande do Sul, a Agrishow, em Ribeirão Preto (SP), e a AgroBrasília, no Distrito Federal. Esses eventos, segundo

Lucchi, ajudam na promoção de criadores de animais, máquinas e equipamentos.

Representando o Banco da Amazônia, Marilene de Sena ressaltou o papel das feiras na disseminação tecnológica e disse que, nesses eventos, os bancos aproveitam para oferecer linhas de créditos com juros mais baixos e facilidades para produtores rurais. Já Pedro Silveira, da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), afirmou que as feiras são importantes para a economia local da região que os sedia.

Congresso retoma programa de visita institucional

O Senado e a Câmara dos Deputados reabriram as portas para a visita institucional. O público pode conhecer os principais espaços do Congresso nos fins de semana, nas segundas e nas sextas-feiras. Há saídas a cada 30 minutos, das 9h às 17h.

Visitas de terça a quinta-feira e de grupos com mais de 15 pessoas devem ser

agendadas (veja quadro).

A visita foi interrompida, por questões de segurança, entre 29 de abril e 13 de maio, quando o Senado discutiu e votou a admissibilidade do processo de impeachment da presidente afastada, Dilma Rousseff.

Informações e agendamento: www.congressonacional.leg.br/visite

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

CDH Duas audiências

9h Audiência pública sobre acidentes com motoboys e mototaxistas. Às 14h, debate sobre a crise política e econômica com foco no direito dos trabalhadores em comunicação.

CMO Nova meta fiscal

16h Análise do projeto que altera a meta fiscal do governo.

TERÇA

CCT Fusão de ministérios

8h45 Audiência para discutir a fusão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação com o Ministério das Comunicações.

CAE Combustível para aviação

10h Na pauta, projeto que fixa em 12% alíquota para ICMS do querosene de aviação.

CCJ Ministro da Justiça

10h Debate com ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, sobre planos para a pasta.

CMO Deficit

10h, 14h30 e 18h Reuniões extras para analisar a revisão da meta fiscal de 2016.

IMPEACHMENT Próximos passos

11h A Comissão do Impeachment discute o plano de trabalho.

PLENÁRIO Empresários de destaque

11h Entrega do Diploma José Ermírio de Moraes aos empresários agraciados.

CDH Acessibilidade

11h30 Em pauta, projeto sobre acessibilidade no Programa Minha Casa, Minha Vida.

MINERAÇÃO Requerimentos

13h30 A Subcomissão do Setor de Mineração avalia requerimentos.

VIOLENCIA CONTRA MULHER Plano

14h Apresentação do plano de trabalho.

CPI DO HSBC Relatório final

14h30 Análise do relatório final.

MP 714/2016 Tarifa de aviação

14h30 Audiência para discutir a MP, que extingue o adicional de tarifa aeroportuária.

TRANSPARÊNCIA Gastos públicos

14h30 A comissão avalia projeto que prevê divulgação de gastos pessoais da Presidência da República.

CONGRESSO Vetos e meta fiscal

16h Sessão conjunta do Congresso para análise de 24 vetos e da revisão da meta fiscal de 2016.

CAS Férias de aposentado

9h Análise de projeto sobre as férias do empregado aposentado por invalidez.

CCJ Homicídio contra idoso

10h Na pauta da comissão, projeto que inclui o homicídio contra idoso no rol dos crimes hediondos.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 9h, reunião da Comissão de Direitos Humanos. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: vago
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
 Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burtle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Congresso votará nova previsão de deficit fiscal

Estimativa de saldo negativo de R\$ 170,5 bi nas contas públicas deve ser analisada amanhã. Cálculo feito pelo governo Temer supera em R\$ 74 bi deficit previsto pela equipe de Dilma

O CONGRESSO SE reúne amanhã para votar a nova meta fiscal para 2016 projetada pelo governo interino de Michel Temer. O deficit anunciado na sexta-feira pelos novos ministros da área econômica, de R\$ 170,5 bilhões nas contas públicas, é considerado o pior resultado da série histórica sobre o desempenho fiscal.

O valor é quase R\$ 74 bilhões a mais do que o solicitado pelo governo de Dilma Rousseff no projeto de lei encaminhado ao Legislativo (PLN 1/2016), no montante de R\$ 96,7 bilhões negativos (despesas superiores a receitas, sem contar os juros da dívida pública).

O acordo fechado no Congresso é para que o projeto seja votado na Comissão Mista de Orçamento (CMO) antes de chegar ao Plenário. O governo tentou negociar para que o texto fosse votado direto pelo Plenário.

Para cumprir prazos regimentais, o relator do projeto, deputado Dagoberto (PDT-MS), apresentou seu parecer sem incorporar a nova meta divulgada pelos ministros do Planejamento, Romero Jucá, e da Fazenda, Henrique Meirelles. No relatório continua o deficit desatualizado de R\$ 96,7 bilhões (veja texto ao lado).

Se a meta não for alterada em maio, Jucá já avisou que o governo terá de fazer forte bloqueio nos seus gastos, o

que deverá paralisar diversas ações ministeriais.

No entanto, a pauta do Congresso está trancada por 24 vetos presidenciais que precisam ser votados antes do projeto que altera a meta fiscal. Desse total, 12 são vetos de 2015 e 12, de 2016. Outros cinco vetos já chegaram ao Legislativo, mas ainda estão dentro do prazo para votação.

Repatriação

Um dos principais vetos na pauta é o que trata da chamada Lei da Repatriação (Lei 13.254/2016), que permite reinternar no país recursos enviados ao exterior. Ao todo, foram vetados 12 dispositivos previstos no Projeto de Lei da Câmara (PLC) 186/2015, aprovado pelo Senado em dezembro de 2015. Um deles permitia o retorno ao Brasil de objetos enviados de forma lícita, mas não declarados, como joias, metais preciosos e obras de arte.

Outro veto eliminou do texto o pagamento parcelado da multa, com a justificativa de que essa permissão concederia "tratamento diferenciado a contribuintes inadimplentes". Foi rejeitado o trecho que permitia o regresso de recursos do exterior que estão no nome de terceiros ou laranjas.

Também foi removido um dos pontos que mais geraram polêmica: a previsão de que só estaria proibido de aderir ao regime de repatriação quem



Antes de analisar a previsão do resultado nas contas do governo, parlamentares terão de votar 24 vetos presidenciais

tivesse sido definitivamente condenado pela Justiça. Outro trecho vetado foi a garantia de que a receita de multa aplicada na repatriação fosse destinada a estados e municípios.

A Lei Antiterrorismo foi sancionada com oito vetos. Entre eles, estão os que tratavam da classificação como terroristas os atos de incendiar, depredar e destruir meios de transporte ou bens públicos ou privados, como pontos de ônibus ou agências bancárias. Também foi excluída a sabotagem de sistemas de informática ou bancos de dados.

O veto total (VET 56/2015) ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) 17/2015 também poderá ser examinado amanhã. O projeto anistiava policiais e bombeiros militares participantes de movimentos de greves em 2014.

Veja os vetos na pauta: <http://bit.ly/vetos24maio>

Relator aceita mudança, mas não incorpora deficit anunciado pelo governo

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) tem reuniões agendadas hoje e amanhã para votar a alteração na meta fiscal deste ano. O relator, deputado Dagoberto, encaminhou na sexta-feira seu parecer ao projeto de lei (PLN 1/2016) que pede ao Congresso autorização para mudar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

O parecer rejeita as 15 emendas apresentadas e aprova, sem mudanças, a proposta enviada em março pelo governo Dilma Rousseff, com deficit primário de até R\$ 96,7 bilhões. O número substitui a previsão inicial contida na LDO de superavit de R\$ 24 bilhões nas contas do governo federal. Em relação aos estados e municípios, a meta permanece nos R\$ 6,6 bilhões. Dagoberto não



Dagoberto: deterioração do cenário fiscal não comporta meta prevista

incorporou no parecer a nova meta anunciada pela equipe de Temer, de R\$ 170,5 bilhões.

O relator manteve o trecho do projeto que possibilita reajustes para diversas carreiras do Executivo, como as de diplomata, auditor fiscal da Receita e delegado da Polícia Federal. Os aumentos, porém, dependem de aprovação de projetos de lei específicos.

(Da Agência Câmara)

Medidas sobre setor elétrico e dengue estão na pauta do Senado

A pauta do Plenário do Senado inicia a semana trancada por duas medidas provisórias. A primeira delas prorroga contratos do setor elétrico, ao aumentar de 30 para 210 dias o prazo para distribuidoras de energia assinarem aditivo com o Ministério de Minas e Energia (MP 706/2015, transformada no PLV 11/2016).

O prazo começou a contar em novembro de 2015 e beneficiará sete distribuidoras: Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA), Companhia Energética de Alagoas (Ceal), Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron), Companhia Energética do Piauí (Cepisa), Amazonas Distribuidora de Energia S.A., Companhia de Eletricidade do Acre (Eletroacre) e Boa Vista Energia S.A.

O segundo item trancando a pau-

ta é o PLV 9/2016, resultante da MP 712/2016, que determina, entre outras ações, o ingresso forçado de agentes de combate a endemias em imóveis abandonados para combate do mosquito *Aedes aegypti*, transmissor dos vírus da dengue, da chicungunha e da zika. A medida prevê também a dedução no Imposto de Renda de doações a projetos aprovados pelo Ministério da Saúde e auxílio financeiro a famílias que tenham crianças com microcefalia.

As duas medidas foram aprovadas na Câmara dos Deputados e lidas pela Mesa do Senado na quinta-feira. Devem ser votadas até 31 de maio, quando perderão a validade.

A pauta trancada pelas MPs não impede, entretanto, que os senadores deem prosseguimento à votação da Proposta

de Emenda à Constituição 159/2015, batizada de PEC dos Precatórios, interrompida durante a sessão de quarta-feira por falta de quorum. A proposta permite o uso de dinheiro depositado na Justiça para pagar precatórios, dívidas que o governo possui com o cidadão que ganhou um processo judicial.

Também na pauta do Plenário a PEC que permite aos estados, Distrito Federal e municípios aplicar em outras despesas parte dos recursos hoje atrelados a áreas específicas, como saúde, educação, tecnologia e pesquisa. De acordo com a PEC 143/2015, apresentada pelo senador Dalírio Beber (PSDB-SC), ficam desvinculados 25% da arrecadação da União de impostos, contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico.

Gurgacz quer evitar paralisação de obras após licença ambiental

Acir Gurgacz (PDT-GO) apresentou um levantamento da consultoria legislativa do Senado mostrando que até junho de 2015 existiam 12 usinas hidrelétricas e 1 usina nuclear com obras paradas por conta de pendências de licenciamento ambiental.

— Na mesma situação, encontram-se 26 obras de linhas de transmissão de energia elétrica, 10 obras de ferrovias, 20 obras de rodovias federais, 6 parques eólicos, 14 empreendimentos de mineração, 6 gasodutos e pelo menos outros 16 empreendimentos federais de infraestrutura — afirmou.

O senador defendeu a PEC 65/2012, que, segundo ele, tem sido erroneamente interpretada, pois não acaba com a necessidade de licenciamento ambiental, pretende apenas impedir que se interrompam obras que já tenham a licença concedida.

— A questão não é flexibilizar e deixar menos rígidos os controles. É preciso tornar os controles racionais sem descuidar da legalidade.



Gerardo Magela/Agência Senado

Acidentes com motoboys e mototaxistas são tema de debate hoje

Os acidentes de trabalho com motoboys e mototaxistas são discutidos em audiência pública hoje, às 9h, na Comissão de Direitos Humanos (CDH). O presidente do colegiado, Paulo Paim (PT-RS), é o autor do requerimento. Segundo o senador, a audiência é um pedido

das entidades que representam esses trabalhadores.

O debate também servirá para instruir a análise do PLS 82/2011, que disciplina as atividades dos motoboys e mototaxistas. O projeto, de Marcelo Crivella (PRB-RJ), altera leis para que diminuam os acidentes.

A CDH também faz hoje, às 14h, audiência sobre o direito dos trabalhadores em comunicação. O encontro integra ciclo de debates sobre a crise no país à luz dos direitos humanos.

Veja na pág. 2 como acompanhar as audiências e participar delas

Relator apresenta amanhã a programação para a 2ª etapa do processo de impedimento de Dilma. Colegiado decidirá por voto se a investigação vai durar menos de 180 dias

Comissão do Impeachment define plano de trabalho

O RELATOR DA Comissão Especial do Impeachment, senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), apresenta amanhã, a partir das 11h, o plano de trabalho para a segunda etapa do processo de impedimento da presidente afastada Dilma Rousseff. A proposta será votada pelos membros da comissão.

Com a admissibilidade do processo aprovada no dia 12, tem início agora a fase de pronúncia. Nessa etapa, os trabalhos concentram-se na comissão, com a produção de provas, audiência de

testemunhas, diligências e debates entre a acusação e a defesa. A comissão continua a ser presidida pelo senador Raimundo Lira (PMDB-PB), mas caberá ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, coordenar as atividades.

Órgão recursal

Ao assumir a função, no dia 12, Lewandowski afirmou que os juízes são os senadores e que ele atuará como um órgão recursal. O presidente do STF disse ainda que os procedimentos a serem seguidos

são baseados no processo de impeachment do presidente Fernando Collor, em 1992.

Os senadores Lira e Anastasia, Lewandowski e técnicos da comissão especial e do STF se reuniram na terça-feira para discutir os aspectos legais do processo de impedimento. Ao sair do encontro, Lira disse que anunciaria o calendário da nova etapa na reunião de amanhã. Segundo o senador, os integrantes da comissão decidirão por voto se as investigações vão durar menos de 180 dias, período máximo de afastamento de Dilma.



Anastasia e Lira conversam em reunião da comissão especial no início de maio

Marcos Oliveira/Agência Senado - 5/5/2016

Justiça confirma ato que concedeu prerrogativas a Dilma

A 10ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul negou liminar à ação popular que pediu anulação do ato que concedeu à presidente afastada Dilma Rousseff o direito de continuar usando o avião presidencial.

Em decisão assinada na quinta-feira, a juíza federal Ana Paula de Bortoli afirma que o ato do presidente do Senado, Renan Calheiros, contestado pela ação popular, “não estabeleceu ou conferiu privilégio à presidente da República, tendo apenas enunciado exemplificativamente algumas das prerrogativas mantidas a despeito do afastamento de suas atribuições pelo processo de impedimento”.

No despacho, a juíza elogia a iniciativa da ação popular, cujo propósito é, segundo ela, o exercício do direito de participação direta na fiscalização dos Poderes públicos. Mas afirma que o chefe do Executivo, mesmo afastado, continua presidente da República.

Ela explica que uma eventual restrição dos direitos deve ser feita por norma constitucional.

Por isso, a presidente mantém a prerrogativa de usar transporte aéreo.

“Não se pode afirmar que essas prerrogativas são ilimitadas, pois devem observar os princípios constitucionais, em especial aqueles relativos à administração pública, a exemplo da moralidade e da impessoalidade”, ressaltou, no entanto, a magistrada.

A juíza esclarece ainda que a utilização de transporte aéreo não é uma prerrogativa pessoal

da presidente, mas inerente ao instituto da Presidência da República, até mesmo por questões de segurança nacional de proteção ao chefe de Estado, independentemente de quem exerça o cargo.

Ela também observa que não se pode perder de vista que essa ação popular discute apenas o ato praticado pelo Senado, por meio do mandado de intimação enviado a Dilma Rousseff no dia em que o Plenário autorizou a abertura do processo de impeachment.

A ação foi ajuizada por Karina Palma, que pediu a anulação do ato de manutenção das prerrogativas do cargo de presidente relativas ao uso de transporte aéreo durante o afastamento de Dilma. O primeiro-vice-presidente do Senado, Jorge Viana (PT-AC), também é alvo da ação, mas a Advocacia do Senado disse que a autora não apontou qualquer fato ou ato que justifique a inclusão de Viana.



Ato foi assinado por Renan Calheiros no dia do afastamento da presidente

Jonas Pereira/Agência Senado - 11/5/2016

Leia a decisão da juíza: <http://bit.ly/despachotRF4>

Medeiros: Parlamentos estrangeiros não veem ameaça à democracia

José Medeiros (PSDMT) criticou o uso da palavra “golpe” para definir o processo de impeachment aberto contra a presidente da República afastada, Dilma Rousseff. Segundo o senador, o impedimento tem seguido todo o devido processo legal.

— Estão criando um clima de vitimização para manter o público que tinha. A oposição não pode ficar quieta. Tem que fazer o contraponto.

O senador, que participou na semana passada da Assembleia Parlamentar Euro-Latinoamericana (EuroLat), em Portugal, disse que a maior parte dos parlamentares da Europa e da América Latina consideram que a democracia não está ameaçada no Brasil.

— Tirando os bolivarianos, ninguém está preocupado com essa história — afirmou.



Gleisi nega campanha sobre “golpe” em evento latino-europeu

Gleisi Hoffmann (PT-PR) reagiu a acusações de que políticos brasileiros contrários ao impeachment de Dilma Rousseff atuaram para propagar na semana passada, na Assembleia Parlamentar Euro-Latinoamericana (EuroLat), a ideia de que um golpe de Estado está em andamento no Brasil.

A senadora, que participou da assembleia, afirmou que a questão já estava posta nos debates quando a comitiva brasileira chegou a Lisboa (Portugal), onde o evento ocorreu.

— Quero apenas deixar claro que não houve um esforço por parte da delegação brasileira para dizer que aqui houve um golpe. As pessoas estão vendo, o mundo é globalizado, não há como esconder a situação. E isso incomoda, sim — afirmou.



Fotos: Renato Magela/Agência Senado

CPI do HSBC vota amanhã relatório final de Ferraço

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do HSBC, que investiga contas não declaradas de brasileiros na Suíça, reúne-se amanhã, a partir das 14h30, para votar o relatório final de Ricardo Ferraço (PSDB-ES). O senador cobra rapidez nas investigações conduzidas pelos órgãos oficiais de fiscalização e controle sobre suposta prática de evasão de divisas.

No relatório apresentado na última terça-feira, Ferraço explicou que a Secretaria de Tecnologia e Informação do Senado (Prodasen) não dispõe de recursos materiais e humanos para examinar os arquivos criptografados en-

viados pela Justiça francesa à CPI, dificultando o pedido de indiciamento de suspeitos.

Por essa razão, a comissão buscou auxílio da área de tecnologia de informação da Polícia Federal, que, após fazer

a perícia, conseguiu decifrar o extenso volume dos arquivos.

Para aprofundar as investigações sobre o caso, conhecido como Swisileaks, Ferraço disse que a CPI encaminhará cópia de todos os documentos

obtidos aos órgãos oficiais de fiscalização e controle para contribuir com a instrução dos processos em curso.

A CPI do HSBC foi instalada em 24 de março do ano passado. Seu prazo de funcionamento foi prorrogado duas vezes. O encerramento está previsto para outubro deste ano. Ela foi criada para apurar irregularidades relacionadas a contas bancárias de brasileiros na filial suíça do Banco HSBC, em Genebra. Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos apontou contas de clientes internacionais com dinheiro não declarado, entre 2005 e 2007.



Ferraço, relator da CPI, ao lado do presidente, Paulo Rocha, e do vice, Randolfe

Marcos Oliveira/Agência Senado - 3/11/2015

Nota pública

A assessoria da Presidência do Senado divulgou uma nota pública na sexta-feira referente a denúncias na imprensa envolvendo o presidente da Casa, Renan Calheiros. Eis a íntegra da nota:

Todas as imputações envolvendo o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) são por ouvir dizer ou fruto de interpretações subjetivas. O delírio do ex-senador Delcídio do Amaral, por exemplo, é por “fazer parte do time do Sarney”. O senador Renan Calheiros reitera que sempre esteve e continua à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Assessoria de imprensa
Presidência do Senado Federal